

## **As Geo-grafias de Resistência no Espaço Urbano do Rio de Janeiro d@s Negr@s e African@s Escravizad@s no Meado do Século XIX**

*Rachel Cabral da Silva*

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de sobrevivência dos negros/as escravizados/as e as suas respectivas influências na construção do espaço urbano no meado do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro onde ocorreu resistência à dominação estatal/colonial/imperial e a constituição das territorialidades negras a partir das insubordinações e criação de espaços de sociabilidade de/para negros. A partir do produto histórico que estes atores sociais produziram sua existência produzindo o espaço. No espaço geográfico está embutido à estrutura da divisão social e seus arranjos, cada classe social se define por seu espaço próprio de existência, isto é, a divisão social é espacialmente perceptiva. E ao articular às categorias raça e classe neste estudo significa buscar o papel ordenador que estes têm sobre o espaço na relação de dominação. O conceito de raça aqui usado é baseada numa suposta hierarquia de indivíduos de potencialidades biológicas diferentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revoltas negras, dinâmica urbana, questões étnico-raciais, população negra, territorialidades negras.

### **A questão urbana do Rio de Janeiro**

Este artigo pretende penetrar nos espaços cotidianos de vida e socialização das populações negras que produziram dimensões e materiais simbólicos próprios em meio a uma estrutura social pautada na hierarquia e diferenciação racial que criam estigmas que foram socialmente criados no século XIX. A tendência de urbanização da cidade do Rio de Janeiro é a de um modelo segregador do tipo núcleo/periferia – ricos/pobres, ou melhor, o modelo de crescimento e expansão urbana do paradigma gueto/senzala.

O Brasil que vemos hoje, conforme Florestan Fernandes (2007), não é produto somente da atividade e da vontade do branco privilegiado e dominante, mas fato é que a sociedade colonial foi montada para este branco.

A nossa história também é uma história do branco privilegiado para o branco privilegiado, não importa se haja ou não alguma contradição entre a raça genotípica e a raça fenotípica, ou entre as aparências e as

realidades. O argumento segundo o qual muitos brancos ficaram à margem do mundo social que se criou pelo branco para o branco - com a exploração sistemática das outras raças e dos mestiços, que se classificavam (ou se desclassificavam) através delas- (...) Socialmente falando, ele não era *branco* (FERNANDES, 2007, p. 33).

Diante desta afirmação vemos que a permanência do privilégio atravessa séculos, e a história aprendida na escola é uma sucessão de vitórias da população branca. É assim que a história tradicional tal como a conhecemos, narra os eventos históricos de modo isolado e os espaços de maior relevância suprimindo outros espaços, momentos e atores sociais da história, ou seja, de fato esta narrativa não contempla a complexidade do território brasileiro, pois oculta e silencia a interferência que os grupos sociais subalternizados pelas assimetrias das relações de poder.

A estratificação urbana é associada à estratificação social, o que gera uma grafia espacial forte. Esta segregação urbana tem como tendência à organização do espaço de áreas visivelmente homogêneas do ponto de vista social e com intensa disparidade entre elas, que pode ser compreendida não somente na diferença social como também em termos de hierarquia. São os processos de apropriações desiguais dos espaços e os conflitos de cunho racial na cidade em questão, juntamente com as leis e tentativas estatais de impedir o acesso a terra, promoveram a existência e proliferação de acomodações consideradas irregulares ou impróprias na área central, dadas as circunstâncias de valorização da terra e por conta dos altos preços passaram a ser o empecilho de uma ocupação mais efetiva pelas classes populares.

Estas, ao longo da expansão urbana, foram expulsas da área central da cidade para realizações de reformas urbanas, desta forma foram alijadas do processo de produção da cidade, o que possibilita a discussão sobre a problemática da segregação sócio-espacial e também de caráter racial. Esse movimento de reformas e revitalização da área central trouxeram algumas transformações mas ainda permaneceram muitos problemas espaciais e sociais, aos descendentes da população em questão o que se efetiva e a negação dos seus direitos

Ao abordar os temas sobre as populações negras e a cidade, desconstrói o pensamento europeu porque estas serviram como inspiração fundamental para as lutas contra a escravidão e por isso deve ser revisitada para demonstrar empiricamente que os

negros escravizados não representaram passividade, e sim uma atuação dinâmica que modifica o espaço urbano e a sua dinâmica na medida em que passamos a conceber este espaço como as territorialidades das populações negras da capital carioca, como vitórias localizadas através da formação de quilombos, espaços de sociabilidades negras que ocuparam e a partir de então singularizaram culturalmente o espaço físico e social da cidade.

O resultado da colonialidade do poder e do saber é reescrever uma história dita universal que silencia e aniquila as grafias da história ou as histórias das grafias locais. Assim o espaço grafado pelo racismo é configurado de acordo com os lugares onde os negros podem se concentrar, onde o negro está e os lugares dos negros. Ressalto o negro por ser uma forma de problematizar a relação entre saberes e lugares, pondo em questão a idéia eurocêntrica de conhecimento universal. É importante ressaltar que não é de interesse recusar a idéia de que o conhecimento seja universal, mas de extrair o modo unilateral imposto pelos europeus, conhecido como eurocentrismo, considerando e afirmando que as diversas matrizes de racionalidades estabelecidas a partir dos diversos lugares.

Porto-Gonçalves diz que a visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente. Sucessão e simultaneidade, sucessões simultâneas, eis o espaço-tempo. O mundo não tem um *relógio* único. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.2). Essa visão também são algumas correntes marxistas partilhadas pelos liberais desta forma se constituindo com um tempo “burguês, branco, europeu e fálico”, isto é, ele sintetiza aí todas as formas sociais de dominação.

E ao abrimo-nos para as múltiplas temporalidades que conformam os territórios, reconhecemos outros lugares de enunciação em perspectivas emancipatórias. SANTOS (2006) propõe este olhar ao dizer que apenas a totalidade em movimento pode criar novos eventos. Estas por sua vez, abrangem as ações consideradas plausíveis em um lugar específico, por meio do qual permitem entusiasmar outros. Neste sentido, não são as ações impassíveis à realidade espacial, uma vez que é perceptível o condicionamento da localização dos acontecimentos por meio da composição do lugar.

Mudar o princípio que orienta a nossa posição espacial é necessário para que seja revisto e com outro olhar o processo de formação territorial do país. A partir daí podemos perceber a influência que cada espaço tem sobre o outro, assim como cada ator social tem sobre o outro.

Essas diferentes configurações espaciais se constituem em espaço de conformação das subjetividades de cada um, aonde o indivíduo aprende, aonde o indivíduo ou a coletividade, partindo da idéia de Carlos Walter que o corpo é a representação simbólica desta distinção pode entrar e onde não se pode estar.

HAESBAERT (2004), conceitua o território, antes de tudo, como território simbólico, ou espaço de referencia para a construção de identidades. Contudo, para que haja a constituição de uma territorialidade plena, ou seja, do sentimento de pertencimento com o território perpassando pela construção da identidade social e espacial, é fundamental a relação tempo/espaço. Conforme Campos (2007), a territorialidade é a relação individual com o lugar apropriado, e a identidade espacial para ser fato e reconhecida pelos demais grupos sociais têm de ser primeira construída internamente pelo grupo, dentro do espírito de solidariedade ao mesmo tempo em que tem de haver uma forte relação com o meio ecológico e os membros da comunidade, e através desta chega-se ao território simbólico-cultural que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Para Muniz Sodré em “Terreiro e a Cidade” diz que o território visto deste prisma cultural é:

(...) a territorialização não se define como um mero decalque da territorialidade animal, mas como força de apropriação exclusiva do espaço (resultado de um ordenamento simbólico) capaz de engendrar regimes de relacionamentos, relações de proximidade e distancia (...) o território aparece assim como um dado necessário à formação de identidade grupal/individual, ao reconhecimento de si por outros (MATTOS apud SODRÉ, 1988, pp.14-15).

É deste reconhecimento de si para os outros é que surge a identidade social no contexto da escravidão negra e conseqüentemente essa identidade é fixada no espaço, o que se torna uma territorialidade, um espaço com cultura e significados singulares que não se expressam nas demais áreas da cidade.

É o que Wilson Mattos, em “Negros Contra Ordem” nos diz ao afirmar que:

Podemos dizer que a noção de territorialização, entendida como processos de relacionamentos que definem espaços e identidades, permite transcender os limites do dado físico apenas, passando a referenciar-se, sobretudo, nas formas como grupos humanos específicos singularizam prática e simbolicamente - em uma palavra, culturalmente-, a ocupação de um espaço físico, ao mesmo tempo em que constroem o seu significado histórico-social. (...) Portanto, definir o valor interpretativo do termo, *territórios negros*, implica considerar práticas e valores culturais que se tornam próprios às populações negras, na medida das relações de proximidade e distância com práticas e valores que se lhes mostram contrários. (MATTOS, 2008, p. 41)

Estes territórios “de um universo cultural próprio, resistente às adversidades de uma conjuntura social e racialmente, desfavorável”<sup>1</sup> apropriados pelas populações negras no Rio de Janeiro, além dos quilombos suburbanos são, conforme Mattos: “cantos” de ganhadores escravos e libertos; a apropriação das ruas através das atividades de trabalho urbano com tempos e ritmos próprios; os terreiros de candomblé e irmandades religiosas negras; as juntas de alforria e outros espaços similares. Assim, os territórios negros nas Cidades Negras<sup>2</sup> são resultados da grafia social da coexistência de dois grupos sociais antagônicos que ao expressarem as suas respectivas formas de sociabilidade e interação social, certos grupos de africanos escravizados e seus descendentes ocupam diante do universo dos senhores, brancos detentores de terras, capital e poder político.

Nela, o território e suas articulações sócio-culturais aparecem como uma categoria com dinâmica própria e irreduzível às representações que a convertem em puro receptáculo de formas e significações. Essa dimensão incita à produção de um pensamento que busque discernir os movimentos de circulação e contato entre os grupos e em que o espaço surja não como um dado autônomo, estritamente determinante, mas como um vetor com efeitos próprios, capaz de afetar as condições para a eficácia de algumas ações humanas (MATTOS apud SODRÉ, 1988, p.15).

---

<sup>1</sup> Mattos, 2008, p.42.

<sup>2</sup> Expressão vista no livro cujo título é esta expressão.

**Breve histórico sobre o Rio de Janeiro urbano.**

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1565, só depois de três séculos é que começa a se transformar. Maurício de Abreu apresenta detalhadamente essas transformações em *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*.

Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Ocupava, entretanto, um chão duramente conquistado à natureza, através de um processo de dessecamento de brejos e mangues que já durava mais de três séculos. Além dos morros havia apenas alguns tentáculos, que se dirigiam aos ‘sertões’ do sul, do oeste e do norte (ABREU, 1997, p.35).

Era uma cidade de maioria negra, poucos trabalhadores livres e uma elite dirigente (administradora/militar/mercantil) menor ainda. Pela inexistência de transporte coletivo e somado a necessidade de defesa fez com que estes grupos sociais convivessem relativamente próximos.

O final do século XIX é marcado pelas primeiras ações do poder público em tentar erradicar os cortiços da área central da cidade a fim de confinar os pobres, a população marginalizada (pretos libertos, a antiga categoria social trabalhadores livres, agora vista como pobre), no lugar que o Estado julgava melhor, nos subúrbios.

Os antagonismos produzidos pela sociedade escravista explicam-se através dos fluxos e refluxos dos espaços ocupados pelos escravos com as senzalas e os quilombos, ou sua transformação em espaços populares: um representando o modelo imposto pela dominação e o outro a sua negação relativa, já que, apesar de espaços não controlados pelos senhores de escravos, sua dinâmica continuou dependente dos fluxos e refluxos da sociedade escravista. Assim, desde a ocupação do nosso território, a trajetória de luta dos oprimidos foi longa e presente. (GARCIA, 2009, p.125)

Com a intensificação da vinda de africanos escravizados desde o século XVII modificou a composição racial na cidade, criando espaços ocupados por maioria negra, pequenas Áfricas, tal como vimos na primeira cidade estudada. Ser negro não importa se era africano ou nacional, é ser pertencente da categoria racial negra que era/sinônimo de exclusão dos processos de construção da cidade.

Com a demanda crescente de mão-de-obra na cidade e o crescimento urbano, o cenário da cidade foi se tornando cada vez mais insalubre.

Enquanto escravos das áreas rurais podiam estar mais protegidos em razão do relativo isolamento, cativos que viviam em zonas urbanas encontravam-se expostos a todos os tipos de doença vindas de várias partes do mundo. O intenso vaivém de embarcações pelos mares tornava as áreas portuárias um laboratório de enfermidades e também de práticas terapêuticas. As doenças que atacavam os escravos, libertos e os homens livres pobres tinham ligação direta com condições de vida desses homens. Pelas péssimas condições em que viviam a principal doença que atacava os escravos urbanos no século XIX era a tuberculose; além disso, problemas com moradia, alimentação e jornada de trabalho comprometiam ainda mais a saúde desses homens. ”%” (Carlos Eduardo Moreira... [et al.], 2006, p. 16)

Os negros e as negras escravizados/as que almejavam a liberdade e não mais sujeitar-se ao cativeiro fugiam e formavam quilombos. São formas espaciais de estratégias de luta que grafam todo o território nacional desde o início de sua formação. Eram pequenos assentamentos rurais com também urbanos que se formavam espontaneamente. Abrigavam negros fugidos das senzalas/fazendas/engenhos, assim como índios e mulatos.

### **Os quilombos cariocas**

Andreilino Campos (2007), em *Do Quilombo a Favela* apresenta o surgimento da denominação de maneira mais completa:

Originalmente, os quilombos, segundo MOURA (1987:11), estavam presentes em toda a América, desde a implantação do sistema escravista de produção. A denominação surgiu, de acordo com o autor, em função de uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino (1740) ao rei de Portugal. Ao responder à consulta, o rei entendeu que toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles, é considerada quilombo. Para SODRÉ (1988:64), o quilombo não foi apenas o grande espaço de resistência guerreira, mas representava recursos radicais de sobrevivência grupal, com uma forma comunal de vida e modos próprios de organização. O quilombo era uma designação de fora: os negros preferiam chamar seus agrupamentos de ‘cerca’ ou ‘mocambo’. E eram desde grupos isolados no interior do país até morros (dentro da metrópole carioca) ou sítios próximos ao território urbano (CAMPOS, 2007, p.32).

Antonia Garcia traz mais contribuição da historiadora norte-americana Mary Karasch sobre a formação de um quilombo:

(...) os escravos do Rio de Janeiro tinham três abordagens básicas para obter a liberdade: fugas, resistência violenta e alforria. As fontes consultadas por ela (teses médicas, registros policiais, registros de enterro, relatos de viajante, jornais) revelam que, na cidade, o número de fugitivos era grande, e os morros próximos estavam cheios de escravos fugidos, que viviam em comunidades e se mantinham com agricultura de subsistência. Eles eram muito jovens (estima-se que estavam entre 10 a 24 anos de idade), afirma, e a maioria era do sexo masculino. (Garcia apud Karasch, 2000, pp.398-408).

Os dados da população da Corte e da Província do Rio de Janeiro em 1821 são importantes para constatar que a presença dos negros e das negras no espaço urbano carioca era consideravelmente alta, e, Reis (95/96) aponta que a cidade concentrou a maior parte da população escrava urbana do hemisfério ao longo da primeira metade do século XIX. Isso causara certo receio por causa das repercussões da revolta de 1835.

#### **Dados demográficos da Corte (cidade do Rio de Janeiro).**

Situação	Corte	Província	Total
Forro	10.151	38.576	48.727
Livre	43.139	159.280	202.419
Escrava	36.182	173.775	209.957
Total	89.472	371.631	461.103

Fonte: Censo Demográfico de 1821. (CAMPOS apud ALGRANTI; 1988, p. 32).

A Corte era para os escravos rurais próximas um local privilegiado, pois era utilizado por estes como esconderijo, já que tinham chances de viver como libertos, misturando-se entre a população negra livre da cidade.

Em “Cidades Negras” destaca que o Rio de Janeiro era na primeira metade do século XIX a maior cidade escravista das Américas, por ter a maior concentração de africanos.

(...) As freguesias centrais da Candelária e Santa Rita tinham em 1849 mais de treze mil escravos cada. Em 1821, os escravos já representavam 45,6% da população dessas freguesias urbanas. Juntando freguesias



urbanas e rurais do município do Rio de Janeiro, os cativos já alcançavam 48,8% com mais de 55 mil. O interessante é que mais de 65% dos escravos viviam em freguesias urbanas. Em 1838, esse índice alcançaria 78% e, em 1870, aproximadamente 81,2%. Em 1872, no município neutro do Rio de Janeiro (Corte), as cinco principais freguesias urbanas contavam com os seguintes números: escravos representavam um pouco mais de 14% do total da população geral, entretanto pretos e pardos livres atingiam o índice de 23,7%. Levando em conta somente os africanos (livres e cativos) residentes nessas freguesias, temos 38,3%” (Carlos Eduardo Moreira... [et al.], 2006, p. 10)

Neste mesmo ano, a força demográfica seja relativa ou absoluta da população negra, juntado aos/as africanos/as, aos/as crioulos/as, aos/as pardos/as e aos/as pretos/as livres e aos/as escravos/as era muito grande. Contudo as populações negras não são apenas dados demográficos, estas reproduziam ou recriavam suas próprias identidades, ao mesmo tempo em que articulavam as denominações recebidas do tráfico negreiro.

Conforme os autores de *Cidades Negras*, ser um africano mina em Salvador não era o mesmo que no Rio de Janeiro. Os próprios minas do século XVIII no Rio de Janeiro eram outros daqueles do século XIX.. A tendência maior de aglutinação no Rio de Janeiro étnica era de africanos ocidentais.

A construção de espaços negros foi possibilitada pela ocupação de áreas devolutas, entre as os sítios próximos à área central ou aquelas localizadas nas freguesias rurais. Além das encostas dos morros com sua cobertura vegetal era um ambiente propício para formação de mocambos e “abrigavam um contingente variado de etnias - desde escravos fugitivos, libertos, a brancos com algum problema de ordem legal, e outros - em cada um deles” (CAMPOS, 2007, p. 34).

Os quilombos que viviam da agricultura de subsistência e da exploração das florestas, alguns estavam então situados nas matas da Tijuca e Andaraí haviam incursões a mando da Corte mas não encontravam nenhum quilombola, apenas vestígios de sua breve permanência. Além destes lugares que eram conhecidas, por abrigarem grupos quilombolas desde o final do século XVIII, outros estudos apontaram também outras freguesias. As zonas quilombolas estavam no distrito da Lagoa, atual Lagoa Rodrigo de Freitas, Inhaúma, Irajá e Engenho Velho. (idem, p. 35).

Estavam por quase toda parte da cidade então era fundamental o controle do território para efetivação da permanência. Conforme Marcelo Lopes de Souza, a

demarcação do espaço através da apropriação e do controle por um determinado grupo social por e a partir das relações de poder é caracterização da constituição do território.

A partir desta definição Campos nos diz que:

Pensando o quilombo como uma estrutura espacial preparada para a guerra, ela atendia então a primeira exigência, pois tinha relações de poder constituído extremamente com o Estado imperial e os fazendeiros que buscavam o controle do território apropriado e a captura dos negros fugitivos; e internamente com proeminência dos chefes para defesa e ataque sobre os demais membros do mocambo (ibidem).

E a partir daí começa a diferenciação dos que estão dentro deste espaço e os que estão fora, considerados os “outros”. Para que haja a constituição de uma territorialidade plena, ou seja, do sentimento de pertencimento com o território perpassando pela construção da identidade social e espacial, é fundamental a relação tempo/espaço. Conforme Campos, a territorialidade é a relação individual com o lugar apropriado, e a identidade espacial para ser fato e reconhecida pelos demais grupos sociais têm de ser primeira construída internamente pelo grupo, dentro do espírito de solidariedade ao mesmo tempo em que tem de haver uma forte relação com o meio ecológico e os membros da comunidade.

Campos aponta que o movimento dos quilombolas, além de se constituir numa resistência ao sistema escravagista, participava do movimento de expansão territorial da cidade. A proximidade dos quilombos com as áreas habitadas, tanto nas freguesias urbanas como nas rurais, fazia com que essas estruturas espaciais, de temporalidade flexível, funcionassem como ponto avançado das redes de comunicação entre os diversos atores envolvidos no processo. E assim tinham informações os escravos sobre a possibilidade de serem invadidos pela força repressora do Estado. Quando descobertos eram incorporados à cidade, os que estavam em área rural a apropriação eram feita pelos fazendeiros locais.

O autor ressalta que muitas vezes a força de repressão do Estado era derrotada, e por conseqüência disto o grupo de quilombolas permaneciam no local por um longo período. Então, a partir desta permanência podemos entender que os quilombos, através de sua dinâmica de movimentos constante, ampliaram a franja periurbana da cidade. E afirma que podemos pensar o quilombo como uma estrutura possível de

desenvolvimento da territorialidade e a estrutura de alguma identidade espacial (idem.p 40).

A identidade espacial dos quilombolas, eventualmente, se realizava, mas geralmente, pela própria dinâmica espacial, era considerada tênue. Fato explicado em parte pela mobilidade constate do grupo, que dificultava uma permanência, não criando uma territorialidade, nem tampouco a identidade espacial (CAMPOS, 2007, p. 37).

Andreilino Campos afirma que os quilombos construíram uma rede de solidariedade, chamado de “campos negros” por Flávio Gomes, que constituía uma dificuldade para total extinção dos quilombos periurbanos.

“A existência de áreas quilombolas ilegais próximas à cidade foi viabilizada pela existência das poderosas redes de solidariedade pelas quais os negros eram inseridos na sociedade local. Segundo estudos de Flavio Gomes, vários atores interagiram nessas redes de solidariedade (...) entre taberneiros locais, pequenos comerciantes e donos de embarcações com os quilombolas de Iguazu, região próxima da Corte, pode ter sido motivada, de fato, por interesses econômicos. A entrada dos quilombolas neste circuito comercial, utilizando canoas próprias e improvisando postos de trocas e abastecimento de produtos nas margens dos principais rios e da Baía de Guanabara, pode ter interessado de alguma forma os diversos agentes econômicos locais” (CAMPOS, apud GOMES, 1995, p. 78)

Esta relação, constituía-se também como um forte elemento de estratégia de guerra, pois além de das trocas de mercadoria haviam trocas de informações o que possibilitava a montagem de estratégias para enfrentar os inimigos. Esta rede também era firmamento de acordos entre os proprietários rurais e os quilombolas, para que estes não invadissem as terras dos fazendeiros mediante as trocas. Algumas fazendas eram extensas e conseqüentemente abrigava os quilombos que possibilitava os “campos negros” terem alguma ligação com a província e a Corte, assim poderiam ter acesso ao meio de abastecimento e informações. Então a definição de “campos negros” é:

Os ‘campos negros’ segundo o autor, eram constituídas pelo conjunto das relações estabelecidas entre os vários atores presentes na área em questão. Enquanto os quilombolas, com alguma exclusividade territorial, forneciam lenha e outros produtos de origem florestal, os demais atores compunham suas relações fornecendo sal, fumo, aguardente, tecidos, entre outros produtos. (...) A complexidade dos ‘campos negros’ era maior quanto mais quilombos estivessem presentes em determinadas área, que associados aos cativos das fazendas próximas e aos comerciantes, formavam uma vasta rede de informações (CAMPOS, 2007 p. 39).

Campos aponta que o movimento dos quilombolas, além de se constituir numa resistência ao sistema escravagista, participava do movimento de expansão territorial da cidade. A proximidade dos quilombos com as áreas habitadas, tanto nas freguesias urbanas como nas rurais, fazia com que essas estruturas espaciais, de temporalidade flexível, funcionassem como ponto avançado das redes de comunicação entre os diversos atores envolvidos no processo (ibidem). E assim tinham informações os escravos sobre a possibilidade de serem invadidos pela força repressora do Estado. Quando descobertos eram incorporados à cidade, os que estavam em área rural a apropriação eram feita pelos fazendeiros locais.

Por falta de democratização do acesso a terra somando a presença de uma nova classe social, a Família Real, e posteriormente a entrada de imigrantes brancos devido à nova política, a partir de 1840, de importação de mão-de-obra européia, eram oferecidos a estes lotes de terra para que se estabelecessem como pequenos proprietários agrícolas mediante ao trabalho nos campos bem como haviam oferta de trabalharem nas indústrias na cidade. Isto gerou uma crise habitacional, o que faz a cidade crescer de forma qualitativamente desigual, gerando espaços hegemônicos assim como espaços segregados.

À medida que o Rio de Janeiro crescia, com uma grande população de todas as cores, tornava-se mais fácil encontrar refúgio nos bairros miseráveis da cidade, especialmente se fosse da mesma cor de seus protetores. Em 1833, um dos mais famosos refúgios era o Beco do Bragança, onde se misturavam aos pobres. Outra área onde os pobres constituíam seus barracos era ao longo do Aterrado, outrora um pântano conhecido por suas febres mortíferas. Até o pântano ser drenado, a área em torno da estrada que levava a São Cristóvão era o lar dos miseráveis, mendigos e fugitivos que coberto pela vegetação ali dormiam e se escondiam (GARCIA apud KARASCH, 2000, p.407).

O terceiro refúgio para os pobres era o Morro do Castelo, como também outros morros e áreas marginais da cidade. Além de esconder os pobres havia uma rede de alugueis indevidos de casas escravos que fugitivos. Mais uma vez, a população negra e escrava para além da arquitetura e a disposição urbana cria, reinventa significados culturais nos espaços físicos e simbólicos das cidades e produziam novos territórios.

Uma das faces mais obscuras e misteriosas da vida dos escravos urbanos foi aquilo que a tradição e os arquivos policiais chamaram de *casas de zungu* (...) *zungu* era acima de tudo um problema de segurança pública no século XIX. (...) O significado na época era um tipo de moradia, para onde se convergiam homens e mulheres negros. E igualmente constituía num espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua. Um esconderijo, um reduto bem protegido na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos. Para onde convergiam silenciosamente centenas de africanos, escravos, pardos, mulatos, libertos, crioulos e pretos. Em busca de amigos, festas, deuses, esperança... (...) *zungu* derivaria do quimbundo, língua falada pela ampla maioria dos africanos embarcados para o Brasil. Seu significado aparenta proximidade com o objeto estudado: cova, buraco, furo, toca. (Carlos Eduardo Moreira... [et al.], 2006, PP 83-85).

Sobre este fato Campos afirma que as relações que o Estado tinha com as populações que ocupavam estes espaços ilegais foram sempre de tensionamento o que deixa margens de dúvida sobre como o Estado e a população em questão reagiria, isso é também decorrente da falta de democratização das decisões de moradia pelo Estado e que no transcorrer do tempo esta disputa se acirra entre os vários segmentos sociais cujos mais pobres sempre perdem.

A discussão levantada por Campos é qual o projeto de nação que estava sendo delineado. O poder político e econômico não pertencia aos negros por conta da escravidão (estigmatização da cor da pele, impossibilidade de terem capitais e a falta de acesso aos espaços sociais de poder e de tomadas de decisão) somados a leis que embarreiravam qualquer tipo de meio de ascensão social.

Se a primeira metade do século XIX foi de intensas lutas negras, o ano de 1850, para questão negra, teve dois fatos jurídicos muito importantes, que influenciaram o processo de uso da terra rural e urbana: a Lei Eusébio de Queiroz, que oficializou o fim do tráfico negreiro, e a Lei de Terras, em 1850, que reforçou o poder dos latifundiários e impediu o reconhecimento das posses e também o acesso à terra aos que não podiam comprá-la. Ou seja, com a previsão do fim do regime escravocrata, as classes dominantes trataram de se organizar, com instrumentos jurídico-institucionais que lhes garantissem o monopólio das terras. Segundo Lígia Silva (1996, p.335), o processo de passagem das terras devolutas esteve especialmente vinculados a um fenômeno típico da Primeira República: o coronelismo (GARCIA, 2009, p. 134)

Andrelino Campos alega que a estrutura fundiária é consequência da legislação discionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos do

Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, o que proporcionou o aumento do abismo social entre grupos mais pobres e o mais ricos.

A concentração de terra ganha significado preocupante no sentido de que foi em sua esteira que se formaram as maiores fortunas do país. Além desse fato, ao impedir que milhares de brasileiros tivessem acesso a parte das terras, ela possibilitou um *exército* de miseráveis que vivem das sobras da sociedade. (CAMPOS, 2007, p. 20)

E a terra sendo vedada especificamente a um determinado segmento social, os ex-escravos abandonavam o trabalho forçoso que desempenhavam nas fazendas em busca de terrenos baldios com o intuito de viver livres tal como se estivesse nos quilombos, e dali retirar os produtos da sua subsistência, porém a consequência disto foi nefasta. Estes tornaram miseráveis pelo fato de continuarem sendo perseguidos pelos fazendeiros vizinhos que se organizavam para chamar a força policial, o aparelho repressor do Estado, para expulsá-los das terras que ocupavam, ou seja, não podiam estar em parte alguma, e a solução encontrada foi voltar a outras fazenda, já que o valor do escravo havia aumentado consideravelmente.

Como consequência houve uma limitação na posse de escravos, o que forçou aos senhores da casa grande a serem atentos com a saúde e as condições de vida de seus cativos, se não o fizessem a cada morte seria uma grande perda em seus investimentos.

A questão fundiária a partir deste momento passa a ser tratada como questão de polícia. “O resultado é que massas de alforriados, juntamente com brancos pobres, deslocaram-se para as cidades ou para os quilombos periurbanos ou rurais. Na cidade, os negros ocuparam inicialmente os cortiços, no caso do Rio de Janeiro, ou se tornaram quilombolas em áreas periurbanas.” (idem, p.42)

Mas a ideologia para a restrição ao acesso a terra está em Cunha, conforme Campos.

(...) Explica a autora que num país extenso em que cada um poderia teoricamente obter terras e trabalhar numa cultura de subsistência, como conseguir mão-de-obra cultivadora para o mercado exterior e para manter e ampliar sua coerção, quem trabalhasse em terra alheia, o escravo era a solução ideal na medida em que ele não poderia ser proprietário, apenas propriedade. A exclusão dos homens negros livres do acesso à terra era importante, por sua vez, para garantir a mão-de-

obra de reserva, particularmente em culturas que exigiam trabalho intensivo. (CAMPOS apud CUNHA, 1985, p.53).

Com a entrada do capital estrangeiro, sobretudo o inglês, a configuração espacial do final da primeira metade do século XIX se modifica, através da incorporação de novos sítios, sucessivos aterros, intensificação de freguesias periféricas e etc.

A modernização e a urbanização são intensificadas com a introdução de trens e bondes, meios de transportes que dividia o urbano em classes sociais, ricos para zona sul e os pobres permaneciam na área central ou foram ocupando os caminhos que o trem fizera, e até mesmo ao lado da linha de trem.

Os bondes transformaram o espaço urbano carioca. Foi introduzido tanto para atender uma demanda já existente como, em atendendo essa demanda, passaram a ter influência direta, não apenas sobre o padrão de ocupação de grande parte da cidade, como também sobre o padrão de acumulação do capital que aí circulava tanto nacional quanto estrangeiro. (ABREU, 1997, p. 44)

Ao contrário dos bondes, de acordo com Abreu, os trens penetraram em áreas que já vinham sendo urbanizadas ou retalhadas em chácaras desde a primeira metade do século, os trens foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais.

O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos (...) ruas secundárias, perpendiculares foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos. (ABREU, 1997, p. 50)

A população negra e escrava para além da arquitetura e a disposição urbana cria, reinventa significados culturais nos espaços físicos e simbólicos das cidades e produziam novos territórios.

Uma das faces mais obscuras e misteriosas da vida dos escravos urbanos foi aquilo que a tradição e os arquivos policiais chamaram de *casas de zungu* (...) *zungu* era acima de tudo um problema de segurança pública no século XIX. (...) O significado na época era um tipo de moradia, para onde se convergiam homens e mulheres negros. E igualmente constituía num espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua. Um esconderijo, um

reduto bem protegido na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos. Para onde convergiam silenciosamente centenas de africanos, escravos, pardos, mulatos, libertos, crioulos e pretos. Em busca de amigos, festas, deuses, esperança... (...) *zungu* derivaria do quimbundo, língua falada pela ampla maioria dos africanos embarcados para o Brasil. Seu significado aparenta proximidade com o objeto estudado: cova, buraco, furo, toca. (Carlos Eduardo Moreira... [et al.], 2006, PP 83-85).

### Considerações finais

Ao enunciarmos as formas de re-existência das populações negras<sup>3</sup> que lutaram contra a dominação e a subordinação sócio-racial cotidiana e, de um modo geral, contra a escravidão, anunciamos estes atores que ao longo da expansão das cidades conseguem a partir deste tipo de análise emergir do lócus do silenciamento, da invisibilidade acadêmica e da concepção linear evolutiva do tempo. O resgate é feito a partir das relações sociais que tiveram como eixo central as práticas sócio-espaciais racistas que culminaram nestas formas de resistências pela liberdade que deixaram marcas profundas no espaço físico e social da cidade e territorializaram as cidades que destacaremos.

Estes ao serem narrados de modo sucessivo, ou seja, linearmente e de modo evolutivo, autoriza a construção de destinos marcados pela dominação. Vale ressaltar que a posição de vítima carrega em si um forte conteúdo de passividade, de impotência e de incapacidade de resistência, de atuação e de intervenção na História.

Fazer uma outra História disso não tem significado simplesmente revisionista, mas corresponde a uma tentativa de romper o silêncio da revolta, da resistência, o do anseio pela liberdade, sobre a atuação e ao conhecimento do passado destes espaços. Isso significa entender as narrativas geográficas sobre etnias que constroem significados.

As cidades coloniais são destaques por conta da possibilidade de análise que elas nos oferece por conta da concentração demográfica que pode acarretar conflitos sociais diversos e desta maneira são conflitos que podem ser ao mesmo tempo geral, particulares e singulares, das atividades econômicas que são ali exercidas, formas de

---

<sup>3</sup> É usado no plural para elucidar a diversidade étnica dos africanos escravizados e dos seus descendentes nascidos no Brasil, como também para diferenciar dos papéis que estes tiveram ao longo do processo de escravização.



controle social, formas de estabelecimento da ordem via poder público. É também nelas onde estão cristalizadas grafias simbólicas de atuações humanas passadas que nos remetem a uma tradição, e com o passar do tempo, mediante a preservação, é possível que se permaneça no espaço urbano estas rugosidades, a acumulação de tempos passados no espaço concomitante a outras formas que são incorporadas.

A estrutura fundiária é consequência da legislação discionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos do Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, o que proporcionou o aumento do abismo social entre grupos mais pobres e o mais ricos.

Mas a ideologia para a restrição ao acesso a terra está em Cunha, conforme Campos.

(...) Explica a autora que num país extenso em que cada um poderia teoricamente obter terras e trabalhar numa cultura de subsistência, como conseguir mão-de-obra cultivadora para o mercado exterior e para manter e ampliar sua coerção, quem trabalhasse em terra alheia, o escravo era a solução ideal na medida em que ele não poderia ser proprietário, apenas propriedade. A exclusão dos homens negros livres do acesso à terra era importante, por sua vez, para garantir a mão-de-obra de reserva, particularmente em culturas que exigiam trabalho intensivo. (CAMPOS apud CUNHA, 1985, p.53).

Conforme Campos, o *fazer* a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo de construção espacial da cidade como sujeitos históricos, o que ao longo da história não vem contemplando as “minorias”<sup>4</sup> sociais.

A terra no país foi o *lócus* de formação da riqueza do Brasil, quem tem a propriedade de grandes extensões de terra tem a grande possibilidade de ascender-se socialmente. Além disso, a propriedade fundiária é central na organização espacial da sociedade brasileira. E com leis criadas para impossibilitar o acesso à parte da terra para aqueles que não possuem uma dada renda, tal como a Lei de Terras<sup>5</sup> possibilitou a

---

<sup>4</sup> O termo minoria refere-se a uma determinada camada da população que se encontra em vulnerabilidade social e por decorrência deste fato não tem expressividade política, econômica e social enquanto coletivo.

<sup>5</sup> Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil, a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro.

existência de uma massa de miseráveis. A ocupação das encostas dos morros da área central<sup>6</sup>, de áreas alagadas e baixadas, as moradias improvisadas nos porões dos sobrados e cortiços apareceram no cenário da cidade do Rio de Janeiro como forma de suprir o déficit habitacional das populações pobres que procuravam morar próxima das áreas onde eram mais ofertados trabalhos.

Com a República, formada e fundada por pessoas de pele clara para as pessoas de pele clara, se ratificam as divisões sociais que são naturalizadas como desigualdades postas como inferioridade natural ou desvios de norma, a violência passa a ser permitida para a população estigmatizada, pois os pretos/pardos e os pobres são vistos como cidadãos de segunda categoria, em que só tem deveres e é negado o direito de terem direitos. A igualdade jurídica não é sinônimo de igualdade de fato.

Diante disto, podemos afirmar que nossa República não se fundou no princípio essencial do regime republicano que é a efetiva igualdade perante o Estado, perante a sociedade no seu conjunto. Todos são iguais perante a lei, mas a existência de mecanismos efetivos que fazem com que as pessoas sejam menos iguais, tal como o racismo institucional, quem vem reproduzindo as desigualdades étnico-raciais. Então, podemos dizer que um projeto de Constituição de Estado-Nação que foi simplesmente tornando natural a ausência de negros em espaços decisórios e de poder, de comando. E

A hierarquia racial é constitutiva das relações sociais e espaciais, e, ao neutralizar estas dissimilaridades contribui substancialmente para perpetuação do quadro de extremas injustiças sociais e, sobretudo étnicas. Tal prática, ao favorecer a esta conjuntura de não se problematizar a prática e as consequências do racismo (assim como seu silêncio que é uma ação política) também respalda o não aprofundamento sobre os determinantes das desigualdades raciais. Desta forma empurra a população negra para o lócus espacial e social da subalternidade, isto é verificado nos indicadores

---

<sup>6</sup> Estas ocupações de moradias improvisadas deram origem às favelas, um espaço contemporâneo. Estas também tem origem na permanência dos quilombos nos espaços periurbanos que com o crescimento da cidade estas territorialidades foi incorporadas por ela. “Portanto, admitir que o espaço quilombola fora transmutado em espaço favelado é incluí-los no processo maior, ou seja, é admitir que as populações pobres, através de suas apropriações dos espaços periurbanos, ilegais à luz do poder público, participaram da construção do espaço urbano das cidades. (Campos, 2007. P.24)

sociais, em geral, apontam para a existência de abismos sociais que separam as condições de vida dos principais grupos étnicos e raciais no país.

A construção de um outro projeto de Nação, nesse momento, tem de discutir as questões étnico-raciais, isto é, o papel que a população negra. Uma das possibilidades é caminho é através da Lei 10.639/03, a partir daí teremos uma mudança de mentalidade da população brasileira. Um povo que não conhece seu passado, não tem presente e muito menos futuro.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. IPLANRIO, 1997

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela: A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª edição. São Paulo; Global, 2007.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d’Oxum e Rio de Janeiro, cidade d’Ogum**. Rio de Janeiro; Garamond, 2009.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)** - Salvador : EDUFBA, 2008.

MOREIRA, Carlos Eduardo [et al.] **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravagista do século XIX**- São Paulo; Alamada, 2006.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org). **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

SILVA, Rachel Cabral da. **As revoltas/levantes da população negra e as dinâmicas urbanas do meado do século XIX**. In: V COPENE- Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, 2008, Goiás. **CADERNO DE RESUMOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/ AS NEGROS/AS**, 2008. v. 1. p. 148-149.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. IN: Castro, I.E. et alli (orgs). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1995.